

RESENHA
REVIEW

Antônio TEODORO; Edneide JEZINE. (Orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais. Brasília: Liber livro Editora, 2012, 258 p.

Izabel Cristina Martins¹
Sandra Maria C. R. de Carvalho²

A reforma e reestruturação do Estado constituem, a partir das últimas décadas do século XX, um tema foco de debates políticos na maioria dos países e em todos os continentes. Estas inquietações foram originadas das medidas políticas e legislativas diversificadas e equivocadas que, historicamente, afetam a administração pública, repercutindo de forma drástica na educação. Como exemplos, a descentralização da autonomia das escolas, procedimentos de avaliação, diversificação da oferta escolar, contratualização da gestão escolar, prestação de contas e determinados serviços dentre outros, que direta e/ou indiretamente, interferem nos processos educacionais.

Entende-se que é no contexto desse debate educacional, que se promovem, discutem e aplicam medidas políticas e administrativas, em geral, no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar, na maioria das vezes, com os dispositivos de mercado, ou de substituir esses poderes por entidades privadas, em muitos dos domínios que constituíam um campo privilegiado da intervenção do Estado. Tais medidas podem obedecer ou serem justificadas, de um ponto de vista mais técnico, em função de critérios de modernização, desburocratização e combate que pode se definir como 'ineficiência do Estado' ou ainda, como ação de um 'Estado mínimo', justificado por forças de natureza política, com projetos neoliberais, neoconservadores e finalidade de supostamente libertar a sociedade civil do controle do Estado com a privatização.

As mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, nesse início do século XXI, reforçam que as práticas em educação estão cada vez mais interligadas às transformações e exigências da pós-modernidade, partindo dos pressupostos de que a educação e a aquisição de conhecimentos passam a se constituírem como

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB). Professora da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Tutora da EAD / UFPB. E-mail: zabelmm@yahoo.com.br.

² Graduada em Fisioterapia pela UFPB, especialista em Gestão em ensino-aprendizagem, mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB). Professora Assistente III do Curso de Fisioterapia da UFPB. E-mail: sandracordeiror@yahoo.com.br.

instrumento oportuno e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de um país. A partir desta prerrogativa, são impostas novas formas de atuação no âmbito educacional, vinculando-a desenfreadamente aos significativos avanços das forças produtivas que internaliza um senso comum de cultura centrada no conhecimento científico e tecnológico, considerado como o mais efetivo fator de produção vigente na sociedade do capital que valoriza cada vez mais o ter e não o ser.

Do ponto de vista do capitalismo globalizado, educação e conhecimento são as forças motrizes e os eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. Observa-se, no contexto histórico, que a educação constitui um dos temas favoritos das ações políticas na maioria das nações, mas, poucas são as vezes que os debates sobre as questões educacionais conseguem ultrapassar o âmbito de sua dimensão econômica, limitando-se a uma confusão de indicadores numéricos de diferentes tipos elaborados pelas políticas sistemáticas impostas pelas organizações internacionais regulatórias.

Neste contexto, as políticas de inserção da educação à lógica do capital são legitimadas por um discurso baseado na ênfase à modernização educativa, à competitividade, à produtividade, ao desempenho, à eficiência e à qualidade, que expressam o ideário neoliberal, e sinalizam a efetivação de um novo parâmetro político-pedagógico, tendo como base a pedagogia da produtividade e da eficiência vinculados à lógica de mercado. Nesse entendimento, transfere-se, então, a liberdade de mercados do mundo econômico para o âmbito da educação, sendo que, principalmente os países com governos mais conservadores, estão a elaborar padrões de qualidade para analisar o sistema educacional e, cada vez mais, as instituições escolares passam a ser vistas e analisadas da mesma maneira que as empresas e mercados econômicos.

Dessa forma, as novas exigências da sociedade, em consonância com os organismos internacionais, vêm gerando mundialmente, reformas no âmbito das políticas educacionais, com intuito de tornar os sistemas de ensino mais diversificados, flexíveis e competitivos, numa perspectiva neoconservadora representada, segundo alguns estudiosos da área, pelo 'tecnicismo revistado', aparentemente moderno, que se caracteriza como mais uma tendência que busca associar a educação à base econômica da sociedade.

Ao inserir na prática educativa a lógica do mercado capitalista, cujo fim último reside na crescente produtividade econômica em que o homem assume uma forma

moderna de insumo da produção, a educação passa a seu objetivo imediato de servir ao capital, encontrando-se atrelada ao setor produtivo em nome da regulação e da qualidade total, levando as instituições educativas a uma descaracterização de sua função primordial, ou seja, o comprometimento com a formação integral dos educandos que lhes são confiados.

Apesar de ser um conceito derivado de outras áreas do conhecimento, a noção de regulação foi incorporada recentemente na educação. Na América Latina, em função das transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram as reformas dos sistemas educativos de várias nações, é imprescindível e se faz necessário o debate atual sobre a modalidade, redefinindo-se o papel do Estado na qualidade do ensino, garantia da igualdade e oportunidade sob a égide e subordinação das organizações internacionais. Essas medidas foram sutilmente impostas desde o Consenso de *Washington*, pactuado no final da década de 1980, postas em prática na década de 90, esta considerada a década da regulação, repercutindo no sistema educacional vigente em nosso país.

Diante dos conflitos originados pelas intervenções de instituições reguladoras, a leitura dos textos dessa coletânea é oportuna e de extrema importância por trazer à comunidade acadêmica pesquisas originadas de experiências produzidas por pesquisadores interligados à Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação – Rede Riaipe. Traz uma contribuição importante para o entendimento e construção das bases epistemológicas e políticas do papel desempenhado pelas organizações internacionais de natureza intergovernamentais, na construção do processo de regulação das políticas educacionais, iniciado nas duas últimas décadas do século XX, afirmação de um novo senso comum no discurso e nas políticas de educação contemporâneas.

Trata-se de um arcabouço analítico, crítico e argumentativo resultante de pesquisas incorporadas nos processos educacionais do atual contexto sociocultural e econômico nos países da Europa e América Latina, que caracteriza a prestação dos serviços públicos educacionais, associação entre a privatização e a forte regulação estatal que passam a se constituírem em novas formas de exclusão social.

Considera-se, portanto com a leitura dos textos dessa coletânea, comparados com outros estudos na área, que não há como compreender as transformações da educação, no âmbito da globalização e/ou internacionalização, sem levar em conta

as práticas de regulação. Percebe-se que os governos atuais vêm atribuindo um papel importante na reforma dos sistemas educativos e a regulação do ensino é vista como instrumento de legitimidade e poder em muitos países, além de promotora das reformas educacionais. Essas reformas, originadas do pacto econômico estabelecido no final da década de oitenta pelo 'Consenso de *Washington*', reguladas pelo Banco Mundial/FMI/BIRD, estabelecem e relacionam-se às grandes metas sociais e econômicas de cada país. Por sua vez, ao processo de globalização que afeta, direta e/ou indiretamente, as Instituições de Educação.

Em síntese, defende-se nesta coletânea a complementaridade entre as organizações internacionais regulatórias e a importância das mesmas para a consolidação dos sistemas de regulação, quer em âmbito nacional e/ou internacional. Nesse sentido, o respeito às vocações individuais e as missões das instituições deveria ser imprescindível e de fundamental importância, mas no contexto das normas estabelecidas pela sociedade do consumo vigente não tem se mostrado por si só suficiente para dar contribuições às transformações que se fazem extremamente necessárias para que se tenha um novo senso comum contra hegemônico nas práticas e políticas da educação contemporânea.